

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR, REALIZADA NA CIDADE DE MARINGÁ, NO DIA DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.**

REG. TÍT. DOCS. P.  
01/04  
FLS.  
CISPAR - PR

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove às treze horas e quarenta e cinco minutos, no auditório do Centro de Referência em Saneamento Ambiental, na Filial do Consórcio CISPAR na cidade de Maringá, Estado do Paraná, reuniram-se os consorciados do Consórcio Público CISPAR, para mais uma Assembleia Geral Ordinária. Conforme livro de presenças, 37 (trinta e sete) pessoas participaram da reunião.

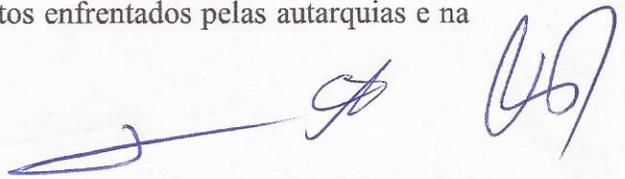
O cerimonial da assembleia foi conduzido pelo Sr. Valter Luiz Bossa, Diretor Executivo do CISPAR, que toma a palavra para dar as boas vindas a todos os presentes. Em seguida chama o presidente da ASSEMAE regional Paraná, Darcy Shitz, para que o mesmo possa dar recados a respeito das novidades acerca dos trabalhos da ASSEMAE no sentido de defender os municípios na questão do saneamento e marco regulatório, destacando os trabalhos de negociação da ASSEMAE em Brasília. Passando a palavra para a consultora contábil Clemilda Fidelis, que falou principalmente dos resultados financeiros do CISPAR no ano de 2019 adiante estimou-se receitas e fixou-se despesas, tanto para o CISPAR, quanto ORCISPAR e Consorciados, mais a reserva e contingencia. Foi colocado em votação e aprovado o orçamento para 2020 no valor de R\$ 7.258.000,00 (sete milhões duzentos e cinquenta e oito mil reais). Clemilda explicou as consequências da inadimplência com o CISPAR para o caso de o tribunal de contas cruzar as informações enviadas. Explicou também sobre a necessidade de informar pagamento quando não feito por boleto, seja por depósito ou transferência, para que o mesmo valor não conste como em aberto no sistema do CISPAR. Valter tomou a palavra novamente para discutir questão legal sobre os projetos vigentes e chamou votação para o orçamento apresentado e outra para atualização do PPA/PLACIC 2019-2021

Valter passou a palavra para o presidente do CISPAR e prefeito de Ibiporã, senhor João Toledo Coloniezi, que iniciou o discurso falando dos riscos enfrentados pelo setor do saneamento municipal e na importância do CISPAR como mecanismo de regulação e análise de qualidade dos serviços prestados pelas autarquias. Valter retomou



a palavra e solicitou votação para que o município de Tupãssi torne-se consorciado, assim como o município de 4 Pontes, que embora não estivessem presente na assembleia, enviaram ofício solicitando. A entrada dos dois municípios foi aprovada por unanimidade. Valter lembrou que Pato Bragado e Entre Rios já estão em vias de assinatura de contrato para consorciarem-se, assim que criada suas respectivas autarquias. A engenheira civil e controle interno do CISPARG, Rebeca Rocha recebeu a palavra e começou sua explanação a respeito do cronograma de treinamento, compra de hidrômetros e composição de preços das análises. Sobre o cronograma de treinamentos, explicou quais serão ofertados pelo consorcio durante o ano de 2020 e os custos dos mesmos. Durante a explicação sobre o curso de perfuração de poços Valter retomou a palavra para frisar a importância de os técnicos e engenheiros das autarquias participarem para desenvolvimento da própria autarquia. Rebeca retoma a palavra para falar sobre a compra de hidrômetros, iniciou-se discorrendo sobre os problemas enfrentados na aquisição dos mesmos no ano 2019, como o fato de pedidos "picados", e o pagamento pontual das notas fiscais para que todos não sejam prejudicados. Como solução propôs a compra programada nos meses de março, julho e novembro ou um contrato de programa, no qual as autarquias paguem antes pelos hidrômetros a serem adquiridos. Rebeca em seguida informou que 2020 o CISPARG começará a protestar os títulos inadimplentes. Valter reforçou a questão do protesto dos títulos lembrando do cruzamento de dados do tribunal de contas. Em seguida a advogada do CISPARG, Claudia Regina da Silva tomou a palavra para falar sobre a inadimplência dos contratos de rateio e lembrou da obrigação dos mesmo em pagar as taxas do consorcio, de acordo com a lei e o tribunal de contas. Rebeca retomou a palavra para falar sobre a composição de preços das análises microbiológicas, cujo custo é de aproximadamente R\$ 92,00 e que só é cobrado R\$ 61,00 do consorciado, ou seja, R\$ 31,00 é subsidiado pelo CISPARG. As demais análises também estão defasadas, como a de heterotróficas, que custa 87,94 e é cobrado R\$ 31,00. O custo da gasolina e deslocamento dos técnicos para a coleta também está defasado. Rebeca mostrou como os preços dos outros laboratórios acreditados são superiores aos do CISPARG. Rebeca informou quanto os preços subirão para 2020 e foi questionada pelo diretor de Terra Rica, Claudécir Alves Maldonado, sobre a porcentagem de aumento, em média 30%, e como as autarquias fariam para absorver esse custo. Rebeca informou que os municípios regulados pelo ORCISPARG poderão repassar esse valor na tarifa da água. José Quirino dos Santos, diretor de São Jorge do Ivaí, lembrou dos altos custos enfrentados pelas autarquias e na

REG. TITS. DCCS. P.  
02/04  
FLS.  
CIANORTE - PR



falta de apoio político e a dificuldade em aumentar a tarifa de água quando esta é usada como manobra política de vereadores. Rebeca deixou claro que na atual conjuntura o CISPARG não conseguirá manter os subsídios em 2020 caso o valor das análises não seja reajustado. Valter explicou os tramites legais para que sejam aprovados as alterações na taxa de água e o perigo para o município quando a agua se torna uma "politicagem". Claudedir Alvares Maldonado pediu a palavra novamente para explicar os altos custos enfrentados pelos municípios e como seria difícil aprovar uma elevação como essas em um ano político. O consultor jurídico Marlon Barbosa tomou a palavra para responder da seguinte maneira: o momento econômico no Brasil não é bom, como todos sabemos, mas que a tarifa é a principal fonte de renda das autarquias, pois não haverá ajuda federal, uma vez que na visão política do governo a privatização do setor de saneamento é a melhor opção. Marlon discorreu sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico e sobre como a maior parte dos municípios não estão cumprindo com o plano e como isso pode ser usado contra o município no caso de cobrança por parte de algum promotor ou órgão de regulação. Marlon explicou a função do ORCISPARG e em como o órgão regulador pode auxiliar na hora de aumentar a tarifa, dando como exemplo o caso de Marilândia-ES. Rebeca retomou a palavra e abriu para dúvidas: Jardim Olinda questionou se poderia fazer um orçamento para realizar as análises em outro laboratório e a engenheira concordou com a colocação. Emerson de Japurá questionou se macro medidores poderiam ser incluídos na licitação de hidrômetros e também obteve uma resposta positiva. Voltando sobre a composição de preços, Rebeca explicou como foi feito composto o custo das análises demonstrados por ela. Valter tomou a palavra para reafirmar que as análises do CISPARG são acreditadas pela ISO 17025. Claudia tomou a palavra para informar que o Ministério Público enviou ofícios cobrando relatórios de análises dos municípios consorciados e a importância de que todas sejam feitas e que em uma eventual auditoria pode haver problemas para a autarquia e que o saneamento é questão de saúde pública. Marlon assumiu a palavra para discutir sobre a regulação e o ORCISPARG, a importância da atividade regulatória e quantos dos consorciados são regulados no momento e o potencial de regulação do órgão. Mostrou os gastos do ORCISPARG, aproximadamente R\$ 10.655,60, e as receitas do órgão de R\$ 15.341,40, e explicou que só há o superávit porque o órgão utiliza as instalações e funcionários do CISPARG, e que não há investimento no órgão. Sugeriu os investimentos, como contratação de pessoal, no caso um coordenador e dois assistentes administrativos, um economista e um contador. Explicou o cálculo necessário para o reajuste na tarifa do

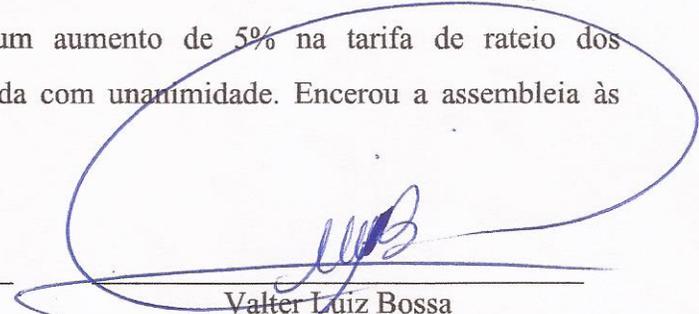
REG. TITS. DGC.S. P.  
03/04  
FLS.  
DIANORIS - PT



ORCISPAR, que passaria a cobrar R\$ 0,52 por ligação ao invés de R\$ 0,10 que é cobrado hoje. Claudia retomou a palavra para frisar o quão grave é a situação do ORCISPAR dado à falta de pessoal. Valter colocou em discussão esse novo valor e Claudia lembrou que esse valor pode ser repassado diretamente ao usuário na fatura, lembrando que quando o valor de R\$ 0,10 foi estipulado em outro momento econômico e servia ao propósito no início. Ao ser questionado por Isaías diretor de Jaguapitã o que é necessário para que um consorciado se torne regulado iniciou-se uma explanação dos passos necessários, estando à frente Marlon, Claudia e Valter. Marlon usou o CISAB zona da mata como exemplo de órgão regulador que superou as mesmas dificuldades através do aumento da tarifa de regulação. Após isso Valter colocou o valor de R\$ 0,50 para a regulação em 2020, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida Marlon iniciou a discussão sobre as alterações do contrato de consórcio do CISPAR, pois o mesmo deve ser reestruturado, principalmente no quesito do quadro de funcionários, e explicou que a lei exige que o contrato seja aprovado pela câmara de todos os municípios consorciados, e que não pode ser feito por assembleia. A alteração foi aprovada por unanimidade em assembleia. Claudia colocou duas resoluções para aprovação dos consorciados, sendo a primeira de trabalho remoto, que foi aprovada por unanimidade. A segunda resolução representando alterações nas diárias pagas a funcionários em viagem, que foi aprovada com unanimidade. Claudia finaliza pedindo atenção aos prazos de consultoria jurídica na área de licitações. Valter retoma a palavra para informar que será necessário um aumento de 5% na tarifa de rateio dos consorciados. A nova taxa foi aprovada com unanimidade. Encerrou a assembleia às 16h25min.

REG. TITS. DOCS. P.J.  
04/04  
FLS.  
CLAUDIA - PR

  
Arildo Aparecido de Camargo  
Secretário "ad hoc"

  
Valter Luiz Bossa  
Diretor Executivo do CISPAR

  
João Toledo Coloniezi  
Presidente do CISPAR 2019/2020

